

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 3º BIÊNIO

No dia 10 de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, via plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber:

Elizete Nicolini, representante titular de SGM; Amanda Theodoro de Souza, representante suplente de SGM; Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; Karine Stephanie Alves, representante titular de SMC; Mariana da Silva Santos, representante titular de SMADS; Nilda Keiko Toyomoto Ito, representante suplente de SMADS; Camila Pinto de Souza Sawaia, representante titular da CoCriança; Vinícius Cappucci, representante suplente do Poder Legislativo.

Também estavam presentes Cassiano Luís Silva Santos (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Eduardo dos Anjos Barboza (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Mario Luiz de Camargo Filho (ouvinte do gabinete de SGM); Poliana Lisboa de Almeida (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância).

A sra. Elizete (SGM) inicia os trabalhos apresentando a agenda da reunião, a saber: Informes; Validação da ata - Reunião Extraordinária 12/06; Atualização do 6º Balanço do PMPI e elaboração do Resumo Executivo; e Encaminhamentos.

Começando pela validação da ata do dia 12/06, a sra. Elizete (SGM) reforça a importância do processo de validação do documento para publicação na plataforma do Participe+ Conselhos, garantindo a transparência dos encontros. Acrescenta que a equipe do Núcleo da Primeira Infância entrará em contato com os representantes que ainda não haviam validado a ata da reunião anterior para que o façam.

Seguindo aos informes, a sra. Elizete (SGM) dá as boas-vindas ao novo representante do Poder Legislativo, Vinicius Cappucci e passa a fala para que ele se apresente. O sr. Vinicius (Poder Legislativo) se apresenta como suplente da Vereadora Ana Carolina, que não pôde participar por uma agenda externa e que, apesar do curto prazo, fizeram a elaboração do relatório do Poder Legislativo para o Balanço de 2024. A sra. Elizete (SGM) compartilha que na última reunião da Comissão de Avaliação foi mencionada a atualização dos representantes e que foi feita uma reunião posteriormente, no dia 23/06, junto a sra. Ana Carolina e o sr. Vinicius Cappucci para contextualizar sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância, bem como a atuação da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, no âmbito da Secretaria de Governo Municipal, sobre a Política.

Retomando a 8ª Semana Municipal da Primeira Infância - SMPI 2025 como informe, a sra. Elizete (SGM) indica que a semana ocorrerá do dia 01/08 ao dia 08/08 e que no último dia, será feita uma apresentação do resumo do 6º Balanço do PMPI, com a perspectiva de todas as instâncias participantes da Comissão de Avaliação a partir dos respectivos interlocutores.

Dando sequência a pauta da Atualização do 6º Balanço, a sra. Elizete (SGM) informa que no dia 08/07 foi enviado o relatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), elaborado pelo Instituto Jô Clemente e CoCriança dentro de uma estratégia de parceria bem-sucedida com o CMDCA. Como proposta do Resumo Executivo, propõe-se a confecção de um pequeno parágrafo para cada uma das instâncias, considerando a grande extensão do Balanço. Nesse sentido, a sra. Elizete (SGM) sugere que os representantes compartilhem os principais destaques e desafios para que a equipe do Núcleo da Primeira Infância faça uma primeira versão do texto, que será enviado até a próxima semana para validação. Todos mostram-se de acordo. Acrescenta que o relatório do Poder Legislativo e do CMDCA já foram enviados e que o Conselho Tutelar deve enviar nos próximos dias.

A sra. Camila (CoCriança) apresenta o relatório das OSCs destacando o quanto foi interessante a análise das 255 respostas recebidas, que permitiu uma avaliação mais diversificada das atuações, pensando nas áreas em que estas atuam, com grande foco na educação e assistência social. Com o questionamento sobre a missão das organizações, foi feita uma nuvem de palavras para entender os termos mais recorrentes, com uma correspondência direta com as atuações indicadas. Diz que chama a atenção as principais fontes de recurso, com predominância de parcerias ou convênios com o poder público e que os dados poderiam ser cruzados com o relatório do Poder Executivo, entendendo as diferenças e similaridades. Pensando no território, a sra. Camila (CoCriança) menciona a grande concentração das organizações na zona leste do município, em distritos com maior vulnerabilidade social.

Sobre a atuação das organizações por eixo do PMPI, a sra. Camila (CoCriança) aponta que há uma atuação semelhante das organizações nos eixos I (Garantir as condições para a articulação intersectorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância), II (Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral) e III (Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância), com números em torno de 200 OSCs atuando em cada eixo. Já no eixo IV (Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância), o número cai bastante, o que contrasta bastante com o relatório das OSCs de 2021, considerando o contexto de pandemia e pós pandemia. Ainda sobre os eixos do PMPI, menciona a grande diferença observada na atuação quando é feito o levantamento meta por meta.

A sra. Camila (CoCriança) diz que a partir dos dados coletados, foram feitos gráficos de comparação das atuações em cada ano a partir dos percentuais, com certa tendência que se mantém ao longo dos quatro anos analisados, observando uma diminuição de atuação em quase todas as metas, que relaciona com o aumento no número de respostas. Também relata que ao final do formulário enviado às organizações havia duas perguntas abertas: a primeira pensando na articulação com o poder público, questionando sobre os principais problemas a serem resolvidos; para essa questão, houve certa predominância nos temas das respostas, que foram

organizadas a partir de cinco tópicos: precariedade da infraestrutura urbana e básica, área da saúde, educação (em especial a oferta de creches e escolas de tempo integral), violência e insegurança, e ausência de políticas públicas específicas para mulheres, mães solo e famílias vulneráveis.

Já a segunda pergunta era uma questão sobre a autopercepção das organizações, que demonstraram uma perspectiva de atuação complementar ao poder público, sobretudo pela capilaridade nos territórios, pela construção de vínculos e escuta das crianças e suas famílias e como espaços de inovação e resposta das demandas locais.

Encerrando sua fala, a sra. Camila (CoCriança) traz como desafios e desejos a realização de encontros presenciais e participativos nos territórios, promovendo a escuta das crianças, famílias e comunidades, além de manter uma articulação com as organizações respondentes desse ciclo, para garantir o aumento no número de respostas.

A sra. Elizete (SGM) agradece a fala e menciona que não há representantes do CMDCA e do Conselho Tutelar presentes para apresentação do relatório. Com isso, passa a fala ao sr. Vinicius (Poder Legislativo) para que faça suas considerações sobre o relatório.

O sr. Vinicius (Poder Legislativo) compartilha que o relatório atual segue com um padrão semelhante ao relatório de 2023, considerando o curto prazo para elaboração. Destaca a quantidade de projetos de lei apresentados, com quarenta e cinco inclusos no documento, embora considere que mais projetos tenham sido feitos. Nesse sentido, indica que muitos projetos com a mesma temática são apensados e que o mais antigo fica em vigor. A vereadora Ana Carolina também solicitou que o documento não tivesse viés político e, por isso, foram retirados os nomes dos vereadores proponentes. Dentre os quarenta e cinco projetos de lei, diz que apenas um foi promulgado, considerando que o prazo de promulgação geralmente é de um ano a um ano e meio, com exceção para propostas mais urgentes. Além disso, treze leis de anos anteriores foram sancionadas. Sobre as emendas parlamentares ligadas à Primeira Infância, indica que o valor disponibilizado deve ser maior que os R\$3,5 milhões registrado no relatório, como valores destinados a obras de uma escola de educação infantil, por exemplo. O sr. Vinicius (Poder Legislativo) também ressalta duas entidades no âmbito da Família Acolhedora que receberam emendas, a Pérolas do Jabaquara e a Casa do Pequeno Cidadão.

A sra. Elizete (SGM) questiona se 2024 teve impactos na apresentação de projetos devido ao ano eleitoral. O sr. Vinicius (Poder Legislativo) afirma que sempre há impactos na apresentação de projetos em anos eleitorais, tanto em eleições municipais como no período de eleições estaduais e federais. Nesses períodos, diz que as emendas parlamentares geralmente são destinadas aos cidadãos votantes e que embora os pais das crianças sejam votantes, poucas pessoas enxergam dessa forma. Também afirma que estão mobilizando esforços para que esse cenário mude. Sobre o próximo relatório do Poder Legislativo, referente ao ano de 2025, o sr. Vinicius

(Poder Legislativo) afirma que já iniciaram a elaboração, segmentando as informações pelos eixos do PMPI, que a vereadora Ana Carolina começou as solicitações dos projetos e das leis existentes e que a Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude terá a execução desses projetos e leis como pauta na próxima reunião.

A sra. Elizete (SGM) agradece pelas contribuições e destaca a importância do monitoramento por eixos do PMPI e que, numa perspectiva conjunta, isso pode mudar futuramente a forma do relatório, em que cada uma das instâncias faz a análise pelos eixos. Em seguida, passa para a apresentação do relatório do Poder Executivo, explicando que, para além do monitoramento das metas e estratégias do PMPI, o relatório também comporta o monitoramento das metas do Plano de Ação 2021-2024, com 31 metas e 135 estratégias do PMPI, e 20 metas permanentes e 56 metas intermediárias de 2024 do Plano de Ação. Em vista disso, ressalta que houve avanços no alcance das metas do PMPI, como a redução de adolescentes grávidas no município. Além disso, diz que a fila das creches permaneceu zerada, uma demanda importante para o desenvolvimento integral das crianças. No âmbito da Cultura, destaca a importância do Programa de Iniciação Artística para a Primeira Infância (PIAPI) e, na área de Assistência Social, que o Programa Criança Feliz está em reestruturação, devido a mudanças nas diretrizes federais.

Passando a discussão para as 20 metas permanentes do Plano de Ação, a sra. Elizete (SGM) diz que há uma diversidade da natureza dessas metas, com metas de entregas, metas de gestão, metas de transparência e exemplifica com a meta de publicação do Orçamento Criança e Adolescente, executada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Como desafios, a sra. Elizete (SGM) destaca a construção do novo Plano de Ação 2025-2028, com a perspectiva de ter um plano mais enxuto. O sr. Cassiano (SGM) complementa sua fala destacando a importância da manutenção das estruturas de governança da política, com reuniões semanais da Comissão Técnica, as reuniões trimestrais dos Comitês Gestores Regionais e da Comissão de Avaliação, além do Comitê Gestor Intersetorial, composto por oito Secretários do Poder Executivo. Nesse contexto, a sra. Elizete (SGM) lembra da eleição realizada em 2024 para atualização dos representantes das OSCs na Comissão de Avaliação, além da atualização dos representantes do Poder Legislativo.

A sra. Elizete (SGM) passa a pauta para discussão do Resumo Executivo, ressaltando dois destaques positivos para este ciclo: a continuidade da parceria entre o CMDCA e as OSCs no monitoramento e a inclusão do relatório do Conselho Tutelar. Diz que o começo do Resumo Executivo é sempre semelhante em todos os relatórios para garantir constância entre os diversos relatórios publicados ao longo dos anos. Durante a reunião faz uma breve leitura dos pontos destacados e indica que uma versão dos parágrafos de cada instância no Resumo Executivo será enviada na próxima semana para validação.

A sra. Karine (SMC) acrescenta alguns destaques e desafios do Poder Executivo no contexto da Cultura, como a qualificação de cinco Casas de Cultura, que receberam uma nova ambientação arquitetônica, com mobiliários, brinquedos, decoração, além de uma das Casas que recebeu um fraldário. As cinco Casas são localizadas em Brasilândia, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga e Itaquera. Além disso, o PIAPI esteve presente em trinta e seis equipamentos, com a contratação de setenta e quatro artistas e participação de mil e sessenta e cinco crianças e destaque para os distritos de Perus, Brasilândia, Itaim Paulista, Grajaú e Parelheiros. Sobre as bibliotecas, compartilha que cinquenta e quatro unidades estão sob a gestão da SMC e que atenderam aproximadamente trezentas mil crianças em 2024. Também foram feitas quase mil mediações de leitura para primeira infância, com cerca de vinte mil crianças atendidas, sessenta apresentações do projeto BebêLêteca e estão investindo no aumento dos acervos das bibliotecas. Como desafio, pontua que não foi possível implementar o Plano Integrado de Ações e Programação Cultural Para a Primeira Infância, por dificuldades de articulação interna e de realizar um diagnóstico aprofundado.

A sra. Poliana (SGM) agradece pelas apresentações, ressaltando a importância dessa instância de governança para tornar a política cada vez mais integrada. Em seguida, traz três pontos de ordem prática: solicita a sra. Karine (SMC) que faça a validação da última ata de reunião da Comissão de Avaliação; solicita a sra. Camila (CoCriança) que encaminhe a versão editável do relatório das OSCs para diagramação e que faça alguns ajustes no texto; solicita ao sr. Vinicius (Poder Legislativo) que faça o envio das informações das emendas parlamentares, pensando na continuidade do que foi feito nos relatórios do Poder Legislativo. Todos mostram-se de acordo com as solicitações.

Como encaminhamento, a sra. Elizete (SGM) propõe o dia 14/07 para encaminhar a versão dos parágrafos do Resumo Executivo e da ata da reunião, com prazo de validação de ambos até o dia 16/07. Todos mostram-se de acordo.

Sem mais assuntos a tratar, a sra. Elizete (SGM) encerra a reunião e eu, Cassiano Luís Silva Santos (SGM), lavrei a presente ata.

São Paulo, 10 de julho de 2025.